



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013744-40.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Protesto - Liminar**  
 Requerente: **Hildebrand Imp. Expo. Prod. Alimentícios Ltda**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito com pedido de tutela antecipada antecedente formulado por **Hildebrand Imp. Expo. Prod. Alimentício Ltda** em face da **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, alegando, em síntese, que, em 09/12/2016, foi surpreendida com a intimação e aviso de protesto para pagamento da CDA nº 1223111057, no valor total de R\$4.242,77, contudo, referida CDA está vinculada a GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS) referente ao exercício de 07/2016 (Protocolo 55206061), que foi substituída pela GIA (Protocolo nº 55541200), entregue em 29/09/2016 e devidamente paga. Relata ter solicitado à Procuradoria do Estado a imediata baixa do protesto e o reconhecimento da substituição da referida GIA, contudo, ante a demora na análise da solicitação, teme que seja efetivado o protesto em seu nome. Requereu a tutela antecipada antecedente para que fosse determinada a sustação do protesto e, ao final, a declaração de inexigibilidade da CDA nº 1223111057, com a sustação definitiva do protesto.

Foi concedida a tutela antecipada, condicionada ao depósito do valor integral do débito (fls. 45/46),

Depósito às fls. 57.

Pela decisão de fls. 70 foi recebido o aditamento da petição inicial.

Citada, a Fazenda o Estado apresentou contestação (fls. 79/83). Inicialmente, requereu a intimação da autora para que retifique o polo passivo da ação, eis que a Secretaria da Fazenda é apenas órgão do Estado sem personalidade jurídica e,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

portanto, despida da capacidade de estar em juízo. Alegou perda superveniente do interesse de agir e que a empresa recolheu errado a GIA da referência 07/2016, de modo que o pagamento não foi captado pela Secretaria da Fazenda, tendo a autora protocolizado pedido de substituição de GIA, não tendo havido excesso de prazo para que o pedido fosse analisado. Ressalta que o pedido de substituição de GIA foi protocolado em 02/06/2016, tendo a Procuradoria do Estado cancelado o débito no Sistema da Dívida Ativa em 17/01/2017. Afirma que não houve qualquer resistência ao pedido da autora, tanto que, na data em que recebeu a citação, já havia cancelado o débito no Sistema da Dívida Ativa. Requer a extinção do processo sem julgamento do mérito, com a condenação da autora nos ônus da sucumbência.

Réplica às fls. 89/92.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

A pretensão inicial merece acolhida.

A empresa contribuinte efetuou o pagamento do tributo de ICMS referente ao mês de julho/2016, no valor de R\$ 4.242,77, porém, constou por equívoco, no preenchimento do documento, sendo que, posteriormente, solicitou, a substituição da GIA.

Contudo, o Fisco inscreveu o crédito em Dívida Ativa (CDA nº 1223111057), no valor de R\$ 3.386,09, levada a protesto junto ao Tabelionato de Protesto desta Comarca, com vencimento em 13/12/2016 (fls. 26).

Pois bem.

O pagamento do tributo é incontroverso e a ré poderia ter corrigido a GIA de ofício, considerando a clara imputação feita nestes autos ou, ao menos, ter analisado o pedido de substituição da GIA em um prazo razoável, já que, conforme afirmado na contestação, o pedido de substituição de GIA foi protocolado em 02/06/2016, tendo a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Procuradoria do Estado cancelado o débito no Sistema da Dívida Ativa em 17/01/2017, portanto, sete meses depois.

O que não se admite é que o excesso de formalismo autorize nova cobrança de tributo já pago e a imposição das consequências conhecidas e sempre prejudiciais à atividade empresária.

Estando comprovado o pagamento do tributo, não obstante o erro de preenchimento da guia, é imperioso reconhecer a inexistência do débito fiscal apoiado na CDA objeto dos autos, sendo de rigor o cancelamento do protesto.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, para o fim de anular a CDA nº 1223111057, sustentando-se em definitivo o protesto realizado, com reconhecimento do pagamento efetuado como válido, ante a convalidação em declaração substitutiva, razão pela qual torno definitiva a antecipação da tutela concedida às fls. 45/46. **Oficie-se.**

Em observância ao princípio da causalidade, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas de reembolso, bem como honorários advocatícios, arbitrados estes, nos termos do artigo 85, § 4º, III, em 20% sobre o valor da causa.

Expeça-se guia de levantamento em favor da autora, do valor depositado às fls. 58.

**P.I.**

São Carlos, 05 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**